



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 / 3464 – 1348 / 3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de **MATERIAL ODONTOLÓGICO** em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Estrela Dalva nos termos da tabela constante no **Apêndice A** deste Termo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O município de Estrela Dalva, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, tem a obrigação de garantir atendimento odontológico de qualidade à população, conforme previsto nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Para que os serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento sejam realizados de forma contínua e segura, é indispensável a aquisição de materiais odontológicos específicos.
- 2.2. A compra desses insumos por meio de processo licitatório assegura o cumprimento da Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência, igualdade de condições entre fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Dessa forma, o município promove eficiência e economicidade na aplicação dos recursos financeiros destinados à saúde.
- 2.3. Portanto, a licitação para aquisição de material odontológico é medida necessária para assegurar a continuidade dos serviços de saúde bucal, evitar a interrupção dos atendimentos e cumprir as metas pactuadas junto ao Ministério da Saúde, beneficiando diretamente a população de Estrela Dalva.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. Trata-se da aquisição de material odontológico para serem empregados na saúde pública do município de Estrela Dalva.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. A contratação também requer que seja observado os princípios de sustentabilidade exigidos nas contratações públicas previsto na Lei 14.133/2021, entendendo que para este objeto deva ser observado em especial a Lei 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a adoção de práticas de racionalização no uso de materiais e serviços quando cabível, prioridade na utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis ou biodegradáveis, que reduzam a necessidade de manutenção, conforme determina o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)

Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- 4.2. Não se aplica



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 / 3464 – 1348 / 3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não se aplica.

Da exigência de amostra

4.4. Não será necessário a apresentação de amostras para os itens da presente aquisição.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não se aplica.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da solicitação formal da Prefeitura de Estrela Dalva e se dará em remessa única.

5.2. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua José Mendes Pinto, 100 – Centro – Estrela Dalva/MG CEP 36.725-000

5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 / 3464 – 1348 / 3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual Fiscalização Administrativa.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco)** dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 / 3464 – 1348 / 3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#). (incisos III, IV e V)

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **parcelado** de acordo com as necessidades da Administração.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE** concedida pelo Ministério da Saúde através da ANVISA. (AC. Proveniente da denúncia 986999 proferida pelo TCE/MG em 10 de abril de 2018)

8.5. **Licença de Funcionamento** emitido pela **Vigilância Sanitária Distrital**, Estadual ou Municipal da sede da empresa licitante.

8.6. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 / 3464 – 1348 / 3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **ESTADUAL** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda **ESTADUAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **ESTADUAL** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação será conforme custos unitários apostos em anexo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 / 3464 – 1348 / 3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município a saber: 3.3.90.30.00.2.09.02.10.301.0007.2.0066 1.500.000 Desenvolvimento da Estratégica Saúde da Família ESF.

11. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

11.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução dos recursos evitando práticas corruptas e fraudulentas.

11.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

11.3. **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;

11.4. **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

11.5. **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

11.6. **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato.

11.7. **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do Município em promover inspeção.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. São obrigações do Contratante:

12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, se houver, e no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 / 3464 – 1348 / 3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



- 12.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 12.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 12.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 12.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 12.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 12.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 13.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 13.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 13.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 / 3464 – 1348 / 3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



- 13.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 13.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 13.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 13.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 13.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 13.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 14.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 / 3464 – 1348 / 3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
- (1) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 14.1, de 0,5% a 15% do valor do Contrato.
 - (2) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 14.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
 - (3) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 14.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.
 - (4) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 14.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
 - (5) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 14.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.
- 14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 14.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 14.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 14.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 14.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (DEZ) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



14.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 14.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

14.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

14.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

Estrela Dalva/MG, em 23 de fevereiro de 2026.

Romero Borges Bittencourt
Secretário Municipal de Saúde

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br

**15. APÊNDICE A**

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	14218	ADESIVO ODONTOLÓGICO FOTOPOLIMERIZÁVEL - SISTEMA ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA PROCEDIMENTOS RESTAURADORES, INDICADO PARA UNIÃO ENTRE ESTRUTURA DENTAL (ESMALTE E DENTINA) E RESINA COMPOSTA. ALTA CAPACIDADE DE ADESÃO, COMPATÍVEL COM TÉCNICA CONVENCIONAL OU AUTOCONDICIONANTE, CONFORME FABRICANTE. APLICAÇÃO SIMPLES, POLIMERIZAÇÃO POR LUZ LED/HALÓGENA. EMBALAGEM CONTENDO FRASCO COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	15	111,76	1.676,40
0002	11210	ANESTESICO C/ VASOCONSTRITOR-CLORID. LIDOCAINA 2% C/ EPINEFRINA 1:100.000 CX C/50 - TUBETE DE VIDRO.	CX	10	203,39	2.033,90
0003	14220	ANESTÉSICO TÓPICO ODONTOLÓGICO - ANESTÉSICO TÓPICO DE USO ODONTOLÓGICO, APRESENTADO EM GEL, INDICADO PARA PROMOVER ANALGESIA SUPERFICIAL DA MUCOSA ORAL ANTES DE PROCEDIMENTOS CLÍNICOS. AÇÃO RÁPIDA, SABOR AGRADÁVEL, ATÓXICO E DE FÁCIL APLICAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	10	27,17	271,70
0004	14215	BROCA ESFÉRICA ODONTOLÓGICA Nº09 - BROCA ESFÉRICA ODONTOLÓGICA CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO OU TUNGSTÊNIO, ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, INDICADA PARA PREPARO CAVITÁRIO E REMOÇÃO DE TECIDO CARIADO. CORTE PRECISO, ACABAMENTO REGULAR, RESISTENTE À CORROSÃO E ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. COMPATÍVEL COM PEÇA DE MÃO ODONTOLÓGICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, NUMERAÇÃO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	20	20,00	400,00
0005	14216	BROCA ESFÉRICA ODONTOLÓGICA Nº 10 - BROCA ESFÉRICA ODONTOLÓGICA CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO OU TUNGSTÊNIO, ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, INDICADA PARA PREPARO CAVITÁRIO E REMOÇÃO DE TECIDO CARIADO. CORTE PRECISO, ACABAMENTO REGULAR, RESISTENTE À CORROSÃO E ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. COMPATÍVEL COM PEÇA DE MÃO ODONTOLÓGICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, NUMERAÇÃO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	20	14,00	280,00
0006	14213	BROCA ESFÉRICA ODONTOLÓGICA Nº 07 - BROCA ESFÉRICA ODONTOLÓGICA CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO OU TUNGSTÊNIO, ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, INDICADA PARA PREPARO CAVITÁRIO E REMOÇÃO DE TECIDO CARIADO. CORTE PRECISO, ACABAMENTO REGULAR, RESISTENTE À CORROSÃO E ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. COMPATÍVEL COM PEÇA DE MÃO ODONTOLÓGICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, NUMERAÇÃO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	20	15,77	315,40
0007	14214	BROCA ESFÉRICA ODONTOLÓGICA Nº 08 - BROCA ESFÉRICA ODONTOLÓGICA CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO OU TUNGSTÊNIO,	UN	20	25,82	516,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



		ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, INDICADA PARA PREPARO CAVITÁRIO E REMOÇÃO DE TECIDO CARIADO. CORTE PRECISO, ACABAMENTO REGULAR, RESISTENTE À CORROSÃO E ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. COMPATÍVEL COM PEÇA DE MÃO ODONTOLÓGICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, NUMERAÇÃO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.				
0008	14217	DISCO DE LIXA ODONTOLÓGICO 16 MM – SORTIDO (EMBALAGEM COM 100 UNIDADES) - DISCO ABRASIVO ODONTOLÓGICO COM DIÂMETRO DE 16 MM, INDICADO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURAÇÕES EM RESINA COMPOSTA. CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE, COMPATÍVEL COM MANDRIL PADRÃO. SORTIDO EM DIFERENTES GRANULAÇÕES (GROSSA, MÉDIA, FINA E EXTRAFINA). PRODUTO DESCARTÁVEL, EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	10	212,05	2.120,50
0009	7154	FLUOR GEL - -COMPOSIÇÃO:FLUOR FOSFATO ACIDULADO 1,23%*FLUOR ACIDULADO PIGMENTADO.EMBALAGEM COM 200ML(ACIDULADO-TUTTI-FRUTTI).	UN	2	15,39	30,78
0010	14219	IONÔMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZÁVEL - CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO MODIFICADO POR RESINA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, INDICADO PARA FORRAMENTO/BASE CAVITÁRIA E PEQUENAS RESTAURAÇÕES. ALTA ADESÃO QUÍMICA À ESTRUTURA DENTAL (ESMALTE E DENTINA), LIBERAÇÃO CONTÍNUA DE FLÚOR, BOA RESISTÊNCIA MECÂNICA E BAIXA SOLUBILIDADE. APLICAÇÃO SIMPLIFICADA E POLIMERIZAÇÃO POR LUZ LED/HALÓGENA. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	10	126,40	1.264,00
0011	14074	PASTA PROFILÁTICA PARA USO ODONTOLÓGICO - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS EXIGIDAS: •PASTA PRÓPRIA PARA PROFILAXIA DENTAL, UTILIZADA EM PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA E REMOÇÃO DE PLACA, MANCHAS EXTRÍNSECAS E POLIMENTO INICIAL. •FORMULAÇÃO ABRASIVA CONTROLADA, CONTENDO SÍLICA, CARBONATO DE CÁLCIO OU OUTROS ABRASIVOS ODONTOLÓGICOS PERMITIDOS. •DEVE APRESENTAR: •CONSISTÊNCIA PASTOSA ADEQUADA PARA USO COM TAÇA DE BORRACHA OU ESCOVA PROFILÁTICA. •ABRASIVIDADE MODERADA, SUFICIENTE PARA REMOÇÃO DE MANCHAS SEM CAUSAR DESGASTE EXCESSIVO AO ESMALTE. •SABOR SUAVE (COMO MENTA, TUTTI-FRUTTI OU EQUIVALENTE). •FÁCIL APLICAÇÃO E REMOÇÃO. •PODE CONTER FLUORETO, CONFORME DISPONIBILIZADO NO MERCADO •EMBALAGEM 100 G •COR VARIÁVEL •PRODUTO NÃO TÓXICO, PRÓPRIO PARA CONTATO COM MUCOSA ORAL. •PRODUTO REGULARIZADO NA ANVISA. •VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	UN	5	10,32	51,60
0012	14075	PEDRA-POMES PARA USO ODONTOLÓGICO – PÓ PARA PROFILAXIA - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS EXIGIDAS: •PRODUTO À BASE DE PÓ DE PEDRA-POMES PURIFICADA, PRÓPRIO PARA USO ODONTOLÓGICO. •APRESENTAÇÃO EM PÓ FINO OU EXTRA-FINO, DE ABRASIVIDADE LEVE A MODERADA. •DEVE SER: •QUIMICAMENTE ESTÁVEL E LIVRE DE CONTAMINANTES. •BIOCOMPATÍVEL, SEGURO PARA CONTATO COM DENTES E MUCOSA ORAL. •FÁCIL DE MANIPULAR COM ÁGUA DESTILADA OU SOLUÇÃO ADEQUADA PARA FORMAR PASTA PROFILÁTICA. •COR GERALMENTE BRANCA OU LEVEMENTE ACINZENTADA (ACEITAR VARIAÇÕES NATURAIS). •EMBALAGEM ENTRE 100 G E 500 G, CONFORME DISPONIBILIDADE DE MERCADO. •TAMPA COM VEDAÇÃO ADEQUADA PARA	UN	10	10,42	104,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



		EVITAR UMIDADE. •PRODUTO REGULARIZADO NA ANVISA. •VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA.				
0013	14229	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA B3 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA, COM MÍNIMO DE 75% DE CARGA EM PESO. DEVE APRESENTAR RADIOPACIDADE, FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA, BAIXA CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO E ADEQUADA RESISTÊNCIA MECÂNICA. INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE, COR E REGISTRO NA ANVISA.	UN	5	103,89	519,45
0014	14221	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL – TIPO MICROHÍBRIDA - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA, INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. BOA RESISTÊNCIA MECÂNICA, FÁCIL ESCULTURA, ACABAMENTO E POLIMENTO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	10	79,54	795,40
0015	14222	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULADA FOTOPOLIMERIZÁVEL - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM CARGA NANOPARTICULADA, INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, EXCELENTE POLIMENTO E MANUTENÇÃO DO BRILHO, BOA ESTABILIDADE DE COR E ADAPTAÇÃO MARGINAL. INDICADA PARA USO DIRETO EM TÉCNICA INCREMENTAL. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	10	130,64	1.306,40
0016	14223	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA A1 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA, COM MÍNIMO DE 75% DE CARGA EM PESO. DEVE APRESENTAR RADIOPACIDADE, FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA, BAIXA CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO E ADEQUADA RESISTÊNCIA MECÂNICA. INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE, COR E REGISTRO NA ANVISA.	UN	5	81,91	409,55
0017	14224	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA A2 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA, COM MÍNIMO DE 75% DE CARGA EM PESO. DEVE APRESENTAR RADIOPACIDADE, FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA, BAIXA CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO E ADEQUADA RESISTÊNCIA MECÂNICA. INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE, COR E REGISTRO NA ANVISA.	UN	5	81,91	409,55
0018	14225	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA A3 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA, COM MÍNIMO DE 75% DE CARGA EM PESO. DEVE APRESENTAR RADIOPACIDADE, FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA, BAIXA CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO E ADEQUADA RESISTÊNCIA MECÂNICA. INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE, COR E REGISTRO NA ANVISA.	UN	5	81,91	409,55



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



0019	14226	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA A4 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA, COM MÍNIMO DE 75% DE CARGA EM PESO. DEVE APRESENTAR RADIOPACIDADE, FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA, BAIXA CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO E ADEQUADA RESISTÊNCIA MECÂNICA. INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE, COR E REGISTRO NA ANVISA.	UN	5	83,11	415,55
0020	14227	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA B1 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA, COM MÍNIMO DE 75% DE CARGA EM PESO. DEVE APRESENTAR RADIOPACIDADE, FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA, BAIXA CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO E ADEQUADA RESISTÊNCIA MECÂNICA. INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE, COR E REGISTRO NA ANVISA.	UN	5	83,11	415,55
0021	14228	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA B2 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA, COM MÍNIMO DE 75% DE CARGA EM PESO. DEVE APRESENTAR RADIOPACIDADE, FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA, BAIXA CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO E ADEQUADA RESISTÊNCIA MECÂNICA. INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE, COR E REGISTRO NA ANVISA.	UN	5	118,78	593,90
0022	14230	RESINA COMPOSTA NANOTECNOLÓGICA FOTOPOLIMERIZÁVEL – SISTEMA SIMPLIFICADO DE CORES - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM TECNOLOGIA NANOPARTICULADA OU NANOHÍBRIDA, INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. DEVE APRESENTAR SISTEMA DE CORES SIMPLIFICADO COM ALTO EFEITO CAMALEÔNICO (ADAPTAÇÃO CROMÁTICA), EXCELENTE POLIMENTO E MANUTENÇÃO DE BRILHO, ESTABILIDADE DE COR, RADIOPACIDADE, FLUORESCÊNCIA E BAIXA CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO. MÍNIMO DE 75% DE CARGA EM PESO, ADEQUADA RESISTÊNCIA MECÂNICA E ADAPTAÇÃO MARGINAL. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA	UN	5	179,66	898,30
0023	14212	ROLETE DE ALGODÃO ODONTOLÓGICO – PACOTE COM 100 UNIDADES - CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO HIDRÓFILO, MACIO, ALTA ABSORÇÃO, FORMATO CILÍNDRICO UNIFORME, ISENTO DE IMPUREZAS E FIAPOS. INDICADO PARA ISOLAMENTO RELATIVO E ABSORÇÃO DE FLUIDOS EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. PRODUTO DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, ATÓXICO, EMBALADO EM PACOTE LACRADO COM 100 UNIDADES, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	30	6,30	189,00
0024	7142	SUGADOR DESCARTÁVEL-COMPRIENTO:15CM;FACILIDADE DE MANUSEIO. - FEITO DE PVC TRANSPARENTE ATOXICO E FIO COBREADO ,PONTA ARREDONDADA. VALIDADE:INDETERMINADA.EMBALAGEM COM 40 UNIDADES.	UN	10	13,49	134,90